

PROCESSO IBAMA 02022.003208/2006-51

**Linha de Ação A**  
**Projeto Redes de Cidadania**  
**DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE**  
**REGÊNCIA**



Setembro de 2021

E&P



UNIVERSIDADE  
**VILA VELHA**  
ESPÍRITO SANTO



REDES  
DE  
CIDADANIA



**PETROBRAS**

**Linha de Ação A**

**Projeto Redes de Cidadania**

**DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE**

**REGÊNCIA**

Setembro de 2021



**PETROBRAS**



UNIVERSIDADE  
**VILA VELHA**  
ESPIRITO SANTO

**E&P**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

D537 Diagnóstico da comunidade de Regência / Augusto Cesar Salomão  
Mozine, Viviane Mozine Rodrigues, Renan Lubanco Assis  
[coordenação] - Vila Velha : SEGEX, 2021.

60p. : il. (Coleção Redes de Cidadania)

Publicação digitalizada – PDF.

Linha de ação A.

Projeto Redes de Cidadania.

ISBN: 978-65-996087-3-5

1. Educação ambiental. 2. Pesca artesanal. 3. Regência (Linhares, ES). 4. Política social. 5. Cultura popular. I. Mozine, Augusto Cesar Salomão. II. Rodrigues, Viviane Mozine. III. Assis, Renan Lubanco. IV. Título. V. Série.

A Coleção Redes de Cidadania foi financiada pelo PEA-Redes de Cidadania, que integra o Programa de Educação Ambiental regulado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama 01 de 2010, sendo caracterizado como medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama e formalizado por meio do convênio 5400.0107359.18.4 firmado entre a Universidade Vila Velha UVV-ES e a Petrobras.

Realização:

**Universidade Vila Velha**

Convênio:

**Petrobras**

Reitor:

**Heraclito Amancio Pereira Junior**

Petrobras:

**Unidade de Negócios do Espírito Santo -  
UN-ES**

Vice-reitor:

**Rafael da Silva Galveas Oliveira**

Gerente Setorial de Pós Licença e  
Conformidade Ambiental para Atividades  
de E&P em Águas Profundas:

**Cristina Guerreiro de Meneses**

Pró-reitora Acadêmica:

**Leda Maria Couto Nogueira**

Equipe Técnica de Socioeconomia:

**Gisele Medice Roriz Milanezi**

Pró-reitora de Pós-graduação Pesquisa e

Extensão:

**Denise Coutinho Endringer**

**Nelson Orasmo Filho**

**Angélica Gering Gabrecht Oliveira (ACV  
Tecline)**

Superintendente:

**Edson Franco Imaginário**

**Fabiana Florentino Morini (ACV Tecline)**

**Grupo de Pesquisa em Ecologia Política  
e Governança Ambiental-EcoPol  
PEA-Redes de Cidadania**

Coordenadora Geral:

**Viviane Mozine Rodrigues**

Coordenador Institucional:

**Augusto Cesar Salomão Mozine**

Assessoria Pedagógica:

**Maria Angela Rosa Soares**

Assessoria de Produção de Conteúdo

**Renata Cristina Pinto Pazzini**

Gerência de Campo:

**Rosangela Pinto Rezende Sette**

## **Coleção Científica Redes de Cidadania**

Conselho Científico:

<b>Antonio Carlos Sant'Ana Diegues</b> (Universidade de São Paulo)	<b>Gilton Luís Ferreira</b> (Universidade Federal do Espírito Santo)
<b>Augusto Cesar Salomão Mozine</b> (Universidade Vila Velha)	<b>Giovanilton André Carretta Ferreira</b> (Universidade Vila Velha)
<b>Carlos Frederico Bernardo Loureiro</b> (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	<b>Lucia Maria Machado Bógus</b> (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
<b>David Baião Nemer</b> (University of Virginia)	<b>Luiz Fernando Oliveira Fontes</b> (Universidade do Minho)
<b>Elaine Harada Teixeira</b> (Universidade Federal do Amazonas)	<b>Manuela Vieira Blanc</b> (Universidade Federal do Espírito Santo)
<b>Elisa Antônia Ribeiro</b> (Instituto Federal do Triângulo Mineiro)	<b>Maria Manuela dos Reis Martins</b> (Universidade do Minho)
<b>Flavia Donadelli</b> (Victoria University of Wellington)	<b>Maria do Carmo Franco Ribeiro</b> (Universidade do Minho)
<b>Fernanda Magalhães</b> (Universidade do Minho)	<b>Renan Lubanco Assis</b> (Universidade Vila Velha)
<b>Jorge da Silva Macaísta Malheiros</b> (Universidade de Lisboa)	<b>Tatiana Walter</b> (Universidade Federal do Rio Grande)
<b>José Luiz Gonçalves Moreira da Silva Zêzere</b> (Universidade de Lisboa)	<b>Tiago Miguel D'Ávila Martins Freitas</b> (EASME-European Commission)
<b>José Manuel Mendes</b> (Universidade de Coimbra)	<b>Thiago Silva Soares</b> (Herpeto Capixaba)
<b>Geraldo Márcio Timóteo</b> (Universidade Estadual do Norte Fluminense)	<b>Viviane Mozine Rodrigues</b> (Universidade Vila Velha)

Conselho Técnico:

**Maria Angela Rosa Soares**  
**Renata Cristina Pinto Pazzini**  
**Vinicius Francisco Marchese**

Secretaria Executiva:

**Daniel Lopes Celante**

Responsáveis Técnicos:

Coordenação:

**Renan Lubanco Assis**  
**Augusto Cesar Salomão Mozine**  
**Viviane Mozine Rodrigues**

Pesquisadores:

**Renan Lubanco Assis**  
**Maria Angela Rosa Soares**  
**Marcus Vinícius Oliveira Sartório**  
**Roberto Cabral Junior**

Técnicos:

**Mariana Menini Moreira**  
**Carolina Erler Mozzer**  
**Katrinny de Mello Anjos**  
**Rafael Moulin Pimenta**

Revisão:

**Augusto Cesar Salomão Mozine**  
**Maria Angela Rosa Soares**  
**Marcus Vinícius Oliveira Sartório**

Diagramação:

**Roberto Cabral Junior**  
**Maria Angela Rosa Soares**

Imagens/Arte:

**Marcus Vinícius Oliveira Sartório**  
**Roberto Cabral Junior**  
**Rafael Moulin Pimenta**

Apoio:

**Daniel Lopes Celante**  
**Jeislle de Lana Souza**



## SUMÁRIO

<b>I</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>II</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>III</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA .....</b>	<b>20</b>
III.1	Localização e acesso à comunidade .....	20
III.2	Instituições representativas da pesca .....	22
III.3	Locais de embarque e desembarque pesqueiro .....	24
<b>IV</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCA.....</b>	<b>25</b>
IV.1	Áreas de atuação da atividade pesqueira .....	25
IV.2	Carreira da pesca.....	26
IV.3	Características das embarcações .....	26
IV.4	Técnicas e petrechos de pesca .....	27
V.1	Histórico de formação e evolução urbana/territorial .....	29
V.2	Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira .....	31
V.3	Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira .....	33
VI.1	Caracterização sociocultural .....	35
VI.2	Principais Patrimônios culturais .....	36
<b>VII</b>	<b>RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA.....</b>	<b>41</b>
<b>VIII</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>
<b>IX</b>	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>46</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	<b>Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Regênci, Linhares .....</b>	<b>20</b>
-----------------	---	-----------

<b>Figura 2</b> - Principais rodovias e acessos à comunidade de Regência, Linhares .....	21
<b>Figura 3</b> – Tanques de Piscicultura / criação de Tilápias na Asper. ....	22
<b>Figura 4</b> - Equipamento de beneficiamento do pescado da Asper. ....	23
<b>Figura 5</b> - Loja de pesca da comunidade de Regência. ....	23
<b>Figura 6</b> - Embarcação atracada no Porto de Regência.....	24
<b>Figura 7</b> - Embarcações atracadas no Rio Preto.....	24
<b>Figura 8</b> - Bateiras e Barcos médios. ....	27
<b>Figura 9</b> - Petrechos de pesca.....	28
<b>Figura 10</b> - Regência em 1908 - Antigo armazém. ....	30
<b>Figura 11</b> - Vapor Juparanã (1891). ....	31
<b>Figura 12</b> - Terminal Aquaviário de Regência. ....	32
<b>Figura 13</b> - Trabalhadores durante a construção da Serraria. Década de 20..	33
<b>Figura 14</b> - Início da construção da Serraria de Regência no ano de 1927.....	34
<b>Figura 15</b> - Casa de estuque sendo construída para homenagem ao Caboclo Bernardo.....	37
<b>Figura 16</b> - Chegada da Banda de Congo de Regência .....	38
<b>Figura 17</b> - Parte do antigo farol de Regência. ....	39
<b>Figura 18</b> - Igreja de São Benedito.....	40
<b>Figura 19</b> - Casa de Congo de Regência Augusta. ....	40

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias .....	17
---	----

## LISTA DE APÊNDICES

<b>APÊNDICE A</b> - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO .....	46
--	----

<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES .....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE .....</b>	<b>59</b>

## I INTRODUÇÃO

Este diagnóstico parcial é um dos produtos desenvolvidos no Programa de Educação Ambiental-PEA Redes de Cidadania-RdC - UVV/PETROBRAS. A realização deste programa é uma medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. A proposta do plano de trabalho deste programa atende a Linha A do programa de educação ambiental da Unidade de Negócios do Espírito Santo-UN/ES.

Os principais objetivos do programa como um todo são: formar e empoderar lideranças; identificar redes sociocomunitárias; dar formação, por meio de cursos de extensão em questões relativas à legislação ambiental; reforçar estratégias tradicionais e de economia solidária vinculadas à geração de trabalho e renda; dar formação em letramento digital e dar acesso a políticas e instituições ambientais.

O documento aqui apresentado consiste em um diagnóstico das relações sociais, ambientais, políticas e culturais da comunidade de pesca artesanal de Regência, localizada no município de Linhares, como uma das comunidades abrangidas pelo PEA Redes de Cidadania. Este documento apresenta um diagnóstico parcial das atividades produzidas pela equipe da Redes de Conhecimento, realizadas até maio de 2020 com base nas diretrizes do projeto, respaldado pela educação ambiental crítica, conforme indicado no Plano de Trabalho do PEA.

O quadro teórico que fornece suporte para este diagnóstico preliminar se fundamenta em discussões clássicas e contemporâneas, tratando das circunstâncias ambientais, urbanísticas, sociais e políticas que norteiam a pesca, sobretudo a artesanal do litoral centro e norte do Estado do Espírito Santo.

A atividade pesqueira, em um primeiro momento, era realizada por povos indígenas, os quais laboravam também na agricultura, exercendo um tipo de policultura litorânea. Com as transformações sociais e econômicas por que passou a sociedade, o setor pesqueiro, assim como os demais setores

econômicos, se vinculou a uma economia urbana e mercantil, sendo subsidiado por terceiros, os quais passaram a demandar maior produtividade. Esta nova realidade insere a figura do atravessador e explica a introdução de novos petrechos de pesca, tais como: gelo para conservação do pescado – em maior quantidade – redes de náilon, motor de popa e de centro (DIEGUES, 1995).

Com o surgimento da figura do atravessador e a inserção de novos petrechos de pesca, o quadro se modificou significativamente. A partir do ano de 1967, com a promulgação do Decreto-Lei nº 221, legislação que estimulou a pesca em todo o território nacional, houve uma considerável mudança nos tipos de embarcação. Estas passaram a comportar maior quantidade de pescado e a ter condições de ficar mais tempo no mar. Com esta mudança na pesca, surgiram muitas empresas de beneficiamento e distribuição de pescado e, com o passar do tempo, gerou também a sobrepesca. Essas transformações, diferentes do modo realizado anteriormente pelo pescador artesanal, fizeram com que o pescado ficasse cada vez mais escasso e levaram muitas empresas a entrar em falência (DIEGUES, 1995; RABELO, 2006).

Com a lei de incentivo aos pescadores de embarcações maiores, a pesca artesanal recebeu menos recursos e passou a ficar refém da pesca empresarial, que atua também nas áreas de pesca artesanal, devastando os recursos pesqueiros, bem como a “fauna acompanhante”, que é capturada juntamente com a pesca principal. Este caso se aplica com maior intensidade na pesca do camarão, cuja rede utilizada tem malha fina e impede a fuga das outras espécies (DIEGUES, 1995).

Com relação à caracterização da pesca artesanal, esta é marcada por um trabalho de características familiares, baixo poder de predação e área de captura restrita. A atividade não se restringe à pesca em si, mas se estende também à produção de petrechos utilizados em sua execução. Esta dinâmica envolve a comunidade como um todo, em um sistema de trocas que ultrapassa a relação puramente mercantil, reforçando os elos de confiança entre os membros envolvidos (DIEGUES, 1995).

Logo, a partir das supracitadas considerações, a pesca artesanal pode ser compreendida não apenas como uma atividade econômica ou de subsistência, mas como um sistema de interações envolvendo relação de parentesco, práticas alimentares, econômicas, políticas, religiosas, recreativas, além das sabidas habilidades técnicas manuais.

Dessa maneira, afora a interação entre seres humanos, ainda há que se considerar a relação ser humano-natureza. Neste sentido, pressupõe-se um processo de simetrização entre humanos e não humanos, constitutivo de todo um modo de vida, especialmente em razão das ações ambientais agenciarem as ações humanas, as quais adaptam suas rotinas aos tempos das marés, aos ciclos das espécies marinhas, às condições climáticas e a outros aspectos que podem, de alguma forma, condicionar a atividade de pescadores e marisqueiras.

Assim, cabe uma consideração teórica sobre a virada antropológica no entendimento da relação ser humano-natureza para além de uma discussão dicotômica, na qual os dois entes encontram-se distintos. Na constituição da ciência humana, institui-se a noção do europeu civilizado e do não-europeu em um “estágio cultural inferior” (SPENCER, 1939). O primeiro, relacionado ao conhecimento técnico e o segundo, ao conhecimento baseado em fenômenos naturais. Por conseguinte, a cultura humana, sobretudo a ocidental, foi tomada como um processo de distanciamento do mundo natural, consolidando a separação entre o ser humano e a natureza. Como pano de fundo deste debate há o antropocentrismo, base do pensamento iluminista.

Ao refletir sobre a modernidade, Latour (1994) faz uma crítica a esse discurso como sendo responsável pela criação de duas zonas ontológicas distintas: humanos e não humanos, o que o autor denomina “purificação”. Esta concepção cria a noção de independência. Os estudos de sociedades tribais feitos por antropólogos, tinham grande capacidade de simetrizar humanos e não humanos, mas estes pesquisadores tinham dificuldades de fazer o mesmo exercício com suas respectivas sociedades, pelo fato de se pensarem como distintos dos não humanos. Latour supera esse equívoco ao sistematizar a noção de ator-rede, que seria pensar os humanos como inter-relacionados aos não humanos.

Ingold (1991; 2003), é mais audacioso e incisivo no debate, sobretudo na sua crítica às bases epistemológicas da antropologia que privilegiou em demasia o social em detrimento do biológico. Em sua concepção, a “evolução” dos organismos – seres humanos e não humanos – se dá em ações situadas ambientalmente. O desenvolvimento dos seres é possível, portanto, mediante o trabalho das gerações anteriores. É nos: “[...] contextos de entrosamentos práticos dos seres humanos uns com os outros e com os seus ambientes não humanos que as formas institucionais são geradas” (2003, p. 21).

Em vista disso, cabe aqui remarcar que a relação humana não é independente dos não humanos e, a partir deste enquadramento teórico, pode-se pensar em uma relação do pescador com o ambiente. As condições ambientais agenciam a ação dos pescadores, fazendo com que o ato de compreender essa dinâmica seja fundamental na própria construção da carreira, seja ela na pesca artesanal, seja na pesca industrial.

Esse debate ganhou força no âmbito dos direitos socioambientais, noção criada a partir da crítica aos modelos de gestão dos territórios invisibilizados e dos grupos que os habitavam. A partir de discussões promovidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza-IUCN, os povos que habitavam as áreas protegidas passaram a ser incorporados ao debate (CALLEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; BARRETO FILHO, 2006; DIEGUES, 2004).

Assim, o reconhecimento dos conflitos existentes nas áreas habitadas por povos tradicionais, o debate “conservacionista tradicional”, que privilegiava apenas o cuidado com a natureza em si - diversidade biológica -, passou a “novo conservacionismo”, cujo foco seria humanista, levando em consideração não apenas a natureza, mas, ainda, as populações humanas, sobretudo as mais pobres (CALLEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; DIEGUES, 1996).

Nesse bojo torna-se fundamental o protagonismo da educação ambiental crítica, que propõe um processo transformador da comunidade por meio da “participação cidadã”, cujo projeto de participação comunitária é pensado a partir de um projeto emancipatório. Para tanto, torna-se basilar o entendimento de que

o agente humano intervém no mundo em que habita e, por isso, um processo de autoconsciência é necessário para que este possa reconhecer as suas potencialidades dentro do território e agir, não de modo individual, mas coletivo, a partir de processos educativos de mobilização comunitária (LOUREIRO, 2004; 2007; 2015).

Isto posto, tomando por base o quadro teórico apresentado, foram adotados procedimentos de coleta de dados primários e secundários, visando a sistematização das principais informações socioculturais, urbanísticas e ambientais que as comunidades dispõem. Esses aspectos serão apresentados na forma de diagnóstico.

O presente documento, que se configura em um diagnóstico parcial, está estruturado em sete seções. A primeira parte, introdutória, delimita a estrutura teórico-metodológica do programa como um todo e a do relatório. Na segunda seção é feita uma abordagem da metodologia utilizada, fundamentada em uma proposta qualitativa para o diagnóstico, no qual a comunidade estudada terá acesso aos dados levantados para poder participar do processo de elaboração do estudo, desde o desenvolvimento até a fase final da pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas em duas idas a campo e uma pesquisa bibliográfica em documentos técnicos e acadêmicos disponíveis sobre as comunidades. A sistematização destes documentos se deu na forma de fichamentos e, por meio de seleção prévia, a Redes de Conhecimento definiu quais seriam utilizados considerando as informações contidas.

A terceira seção compreende uma caracterização geral da comunidade, indicando sua localização regional e os acessos a ela. Também são apresentadas informações como a quantidade de pescadores e os principais órgãos que se relacionam com a pesca, dentre associações e a colônia à qual a comunidade se reporta. Neste ínterim, serão priorizados os órgãos de interesse que mais interagem com a comunidade, com ênfase nas instituições representativas da pesca e suas relações sociais e políticas.

A quarta seção discorre sobre as principais características da pesca artesanal na comunidade aqui apresentada, sendo que, para este processo, foram elencadas as áreas de atuação da pesca oceânica, os processos que envolvem a atuação do pescador no setor pesqueiro e as principais categorias profissionais que envolvem a atividade. Também foram pontuadas questões como o modelo das principais embarcações utilizadas pelos pescadores e as técnicas e petrechos mais utilizados na captura do pescado. Por fim, dentre os aspectos a serem apresentados a respeito da comunidade de pescadores artesanais, ainda são assinaladas as redes de relações sociais que compreendem esse grupo.

A quinta seção tem por objetivo caracterizar a comunidade por meio de seus aspectos territoriais e urbanos. É proposta uma análise da evolução urbana recente da localidade, bem como a análise do uso e ocupação do solo urbano e os conflitos com outras comunidades que ali vivem. Este tópico analisa os aspectos atualmente consolidados da urbe, indicando quais são os possíveis impactos e transformações imputados pela lógica urbana vigente, além de analisar a implantação de empreendimentos de grande porte existentes ou não na região estudada. Neste item também são identificados os conflitos políticos de escala urbana e socioambiental encontrados na comunidade até o momento, auxiliando na produção dos mapas socioambientais com base nas relações estabelecidas.

A sexta seção compreende o levantamento das atividades culturais da comunidade. Os principais elementos destacados correspondem às características socioculturais que envolvem a sua formação sócio histórica. Esta seção realça os processos de ocupação do lugar e identifica como determinados grupos foram se apropriando de práticas de subsistência que envolviam as populações indígenas que habitavam o local, estabelecendo todo um modo de vida. A descrição de atividades culturais da comunidade se atém às festividades realizadas e a relação dessas com aspectos religiosos e sociais referentes à atividade pesqueira. No que concerne aos patrimônios culturais, são elencados objetos existentes na comunidade, práticas presentes nas festividades, bem como a dinâmica sociocultural local.

A sétima seção aborda a relação sociopolítica da comunidade. Esta é entendida como o modo pelo qual a comunidade pesqueira é retratada nas instâncias locais e regionais de representação da pesca artesanal e como são percebidas pelos pescadores locais. Para tal abordagem, são elencadas as lideranças formais, informais, femininas e jovens da comunidade.

## II METODOLOGIA

Para a coleta de elementos constitutivos da comunidade em seus aspectos sociais, históricos e culturais, adotou-se a triangulação metodológica (FLICK, 2005), na qual foram combinados diferentes métodos qualitativos de coleta de dados. Para tanto, lançou-se mão da História de Vida, História Oral (BECKER, 1997; DELORY-MOMBERGER, 2012; THOMAS; ZNANIECKI, 2006; HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), Observação Direta (GIUMBELLI, 2002) e levantamento de dados em fontes secundárias. As principais técnicas empregadas na realização dos métodos mencionados foram entrevistas (GIUMBELLI, 2002; GARFINKEL, 2018) e percursos comentados (THIBAUD, 2002).

A história de vida objetiva compreender o contexto nos quais os pescadores estão inseridos, a partir de suas narrativas individuais. A história oral auxilia na coleta de relatos de pescadores que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. A observação direta é uma ferramenta importante da antropologia e possibilita a participação dos pesquisadores em atividades desenvolvidas pelas comunidades, sejam elas, laborais, recreativas ou festivas. O levantamento de dados secundários consistiu na elaboração de um banco de dados que deu pistas para a coleta de dados *in loco* e fornece suporte para o processo de elaboração das oficinas de validação.

A principal técnica de auxílio foi a entrevista semiestruturada, realizada com os principais grupos contemplados pelo PEA Redes de Cidadania: pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiros e marisqueiras e familiares desses grupos. As entrevistas foram elaboradas com base em uma primeira incursão de campo,

exploratória, feita entre os meses de março e abril de 2019. Neste período foram realizadas algumas entrevistas com o público da ação educativa e, a partir desta ação inicial, elaborou-se um termo de referência para orientar as próximas incursões - Apêndice A.

Em linhas gerais, os itens que nortearam a coleta foram: levantamento de lideranças formais, feminina e jovem; levantamento das relações sociopolíticas das comunidades; levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social; levantamento das relações socioambientais; levantamento de atividades culturais; levantamento de conflitos socioambientais; levantamento de órgãos de interesse da comunidade; levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade e levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental. Estes itens foram categorizados como *nós* e subnós no *software* NVivo 12 Pro., no qual é feita a sistematização das informações para que possam ser, *a posteriori*, facilmente encontradas em uma ferramenta de busca. Esta, por sua vez, ainda possibilita o cruzamento dos dados já tratados no processo de alimentação do sistema.

No que se refere ao primeiro contato com a comunidade de Regência, este se deu por meio das principais lideranças, as quais, na medida em que indicavam outros pescadores, possibilitavam o contato para a realização de uma nova entrevista, seguindo desse modo o procedimento amostral por cadeia de referência: bola de neve. Assim, sempre que uma entrevista era realizada, novas sugestões de entrevistados eram fornecidas.

No processo de entrevistas adotou-se ainda a técnica do percurso comentado, com adaptações à realidade na qual estávamos inseridos. Esta técnica compreende acompanhar o entrevistado em um percurso que ele mesmo sugere, para que, no trajeto, sejam observados locais de referência para o entrevistado e suas memórias sobre o espaço que é percorrido.

Após a coleta de dados com os métodos e técnicas descritos, é feito um retorno ao campo – reunião de diagnóstico – para validação dos dados coletados – Apêndice B.

Quanto a realização dos mapeamentos, bases de dados foram elaboradas para organização sistêmica dos Planos de Informações-PIs georreferenciados, a serem obtidos por fontes primárias e secundárias. Os PIs estão organizados em duas Bases de Dados, as quais compreendem, respectivamente, dados disponibilizados *online* por instituições públicas e privadas, denominada “Institucional” e PIs produzidos em campo, a partir do georreferenciamento de elementos observados *in loco*, denominado “Dados de Campo” (XAVIER-DA-SILVA, 2001; FITZ, 2008).

As principais fontes de PIs institucionais correspondem a sites de domínio público, como a biblioteca virtual do Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN, de navegadores virtuais, como o GEOBASES e os bancos de dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente-IEMA, Agência Nacional de Petróleo-ANP, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade-ICMBio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Agência Nacional de Águas-ANA, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Também foram solicitados à Petrobras arquivos vetoriais de geolocalização que pudessem auxiliar no arranjo dos mapas. Abaixo é apresentada a lista de PIs com suas respectivas fontes - Quadro 1.

**Quadro 1** - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias – continua

Título	Tipo	Instituição
Sísmicas Públicas	Vetorial	ANP
Blocos SRTM - 90m	Matricial	EMBRAPA
Cartas Topográficas	Matricial	IBGE
Limites Unidades da Federação	Vetorial	IBGE
Ottobacias Nível 4	Vetorial	GEOBASES
Unidades Naturais	Vetorial	GEOBASES
Meses Secos ES	Vetorial	GEOBASES
Solos ES	Vetorial	GEOBASES
Hidrografia ES	Vetorial	IEMA
Uso da Terra ES	Vetorial	IEMA
Áreas prioritárias para conservação	Vetorial	IEMA
Corpos d'água	Vetorial	IEMA
Fitofisionomia da Mata Atlântica	Vetorial	IEMA
Localidades	Vetorial	IEMA
RPPNs	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Estaduais	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Federais	Vetorial	IEMA

**Quadro 2** - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias

Título	Tipo	Instituição
Ortofotos	Matricial	IEMA
Comunidades	Vetorial	IJSN
Área Efetivamente Urbanizada	Vetorial	IJSN
Trecho Ferroviário	Vetorial	IJSN
Eixo Rodoviário	Vetorial	IJSN
Arruamento	Vetorial	IJSN
Cemitérios	Vetorial	IJSN
Edificação de Ensino	Vetorial	IJSN
Edificação de Saúde	Vetorial	IJSN
Edificação de Segurança	Vetorial	IJSN
Edificação de Social	Vetorial	IJSN
Limite de Distrito	Vetorial	IJSN
Limite Macrorregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Geomorfologia ES	Vetorial	IJSN
Terras Indígenas	Vetorial	FUNAI
Áreas Quilombolas	Vetorial	INCRA
Localização dos PCAPS	Vetorial	PETROBRAS
Gasodutos ES	Vetorial	PETROBRAS

Fonte: Redes de Cidadania

Considerando também que os PIs possuem datas de elaboração diferentes e que, muitas vezes, as informações contidas nestes encontram-se desatualizadas, fez-se necessária a revisão de PIs estratégicos para o entendimento dos aspectos físicos, culturais e construtivos das comunidades pesqueiras, no que corresponde à finalidade deste projeto. Além disso, algumas informações de relevância, como os locais de embarque pesqueiro, geolocalização das associações e das casas de pescadores, dentre outras, não constam nos PIs institucionais. Nestes casos, as informações foram obtidas diretamente em campo.

Para a obtenção dos dados georreferenciados em campo, foi utilizado um GPS com o qual pode-se inserir pontos, linhas e polígonos a partir de sua localização atual, dentro de uma base georreferenciada, exportando-os em formato compatível com o Sistema de Informações Geográficas-SIG. Os dados de campo foram exportados em formato padrão de GPS-GPX e convertido para *shapefile* com o uso do *software* QGIS 3.4.9. O *software* utilizado para o manuseio e edição dos PIs em formato *shapefile*, assim como para a elaboração dos mapas até a etapa atual da pesquisa, foi o ArcGIS 10.7-ESRI.

A tabela de atributos associada a cada PI foi criada contendo algumas informações básicas, como o nome da feição, localidade e município em que se encontra, além de observações gerais que possam detalhar melhor a informação e as coordenadas X e Y de cada feição. Os PIs foram padronizados e modificados no sistema de coordenadas Universal Transversa de Mercator-UTM, no fuso 24 K e o *datum* horizontal utilizado foi o SIRGAS 2000 - atual sistema geodésico de referência utilizado no Brasil desde 25 de fevereiro de 2015, segundo o IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os procedimentos aqui apresentados tornaram-se uma base para o manuseio de todas as informações geoespaciais utilizadas no diagnóstico, assim como para a elaboração dos mapas-produtos.

No que diz respeito à análise das questões relacionadas ao uso e ocupação do solo e às questões socioambientais, são recolhidos os dados referentes à região de estudo junto aos órgãos competentes, como o IBGE, o IJSN, as prefeituras municipais, além de outros órgãos que operam com os SIGs. Os dados recolhidos nesta etapa abrangem informações acerca de leis urbanísticas vigentes para a localidade e informações georreferenciadas referentes às mesmas, bem como arquivos em *shapfiles-shp* com dados de perímetro urbano, perfil e hierarquia viária, áreas de risco – inundações, desmoronamento, etc. – equipamentos urbanos, divisão de lotes, bairros, quadras, dentre outros.

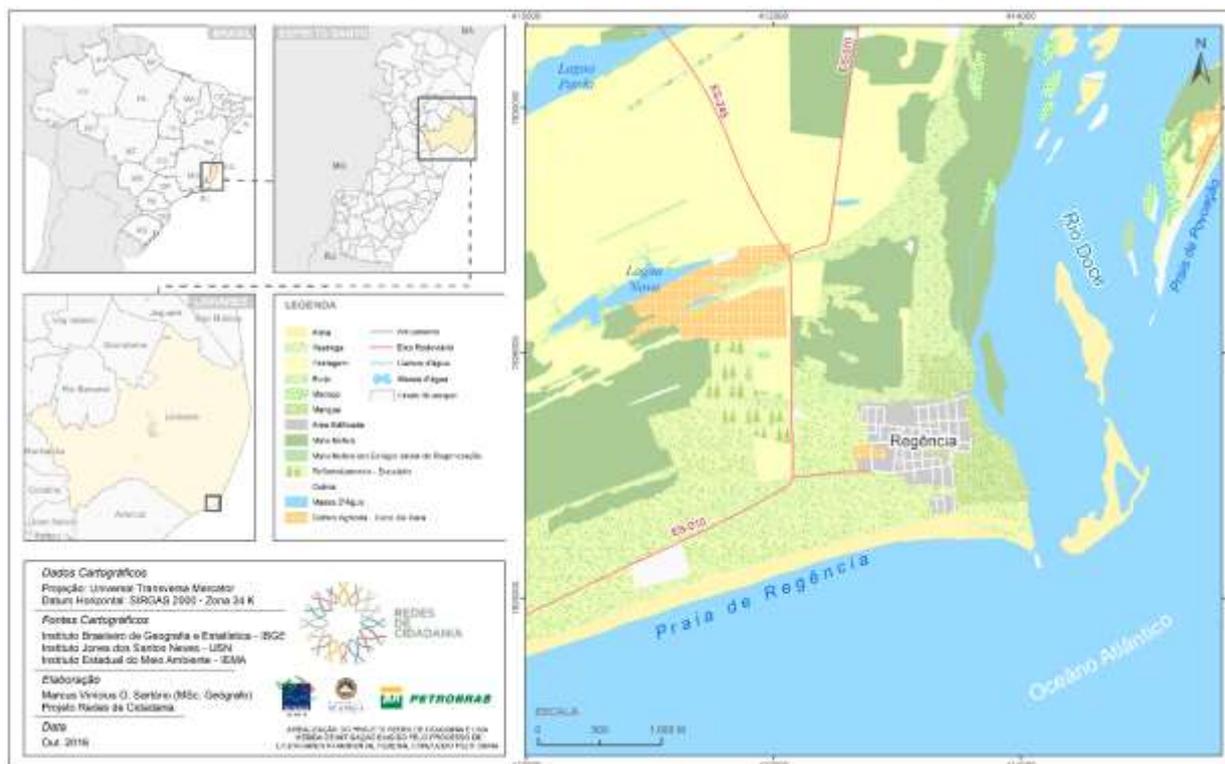
Em sequência, ainda nesta etapa, são efetuados levantamentos de campo com a finalidade de se investigar, *in loco*, especificidades, tais como: padrão fundiário - análise preliminar de acordo com os mapas cadastrais obtidos; predominância de tipologias das edificações; caracterização de uso e ocupação do solo; concentrações de atividades, áreas de segregação urbana; além de aspectos que podem ser levantados de forma exclusivamente presencial, como as condições de urbanidade, paisagem urbana, acessibilidade e sensações urbanas, tais como segurança, movimentação, abandono, entre outras. Durante as visitas *in loco* foram efetuados registros fotográficos que evidenciam os dados analisados, os quais são apresentados no decurso do diagnóstico.

### III CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA

#### III.1 Localização e acesso à comunidade

A comunidade de pescadores de Regência localiza-se na margem sul da foz do rio Doce, na porção centro-leste do município de Linhares, entre as coordenadas X: 412251 e 414112 – Y: 7827876 e 7826357. A comunidade faz fronteira com a margem leste do rio, que, a 9 km da foz, faz uma curva para o sul, desaguando no oceano Atlântico. Este desague se dá em duas bocas de barra, divididas por uma barra de areia que é constantemente modificada em razão da dinâmica sedimentar no leito marinho. Ao norte da comunidade encontra-se a planície deltaica do rio Doce, com presença de mata ciliar nas margens e lagoas. Também nessa área encontram-se pequenos córregos que penetram a mata, separando os bancos de areia mais próximos e a comunidade de Regência. À leste encontra-se a margem direita do rio, com acesso por dois pequenos portos, um mais ao norte, próximo à loja de pesca e à associação de pescadores, e outro mais ao sul, próximo ao projeto Tamar. Ao sul fica a praia de Regência e à oeste a Reserva Biológica de Comboios - Figura 1.

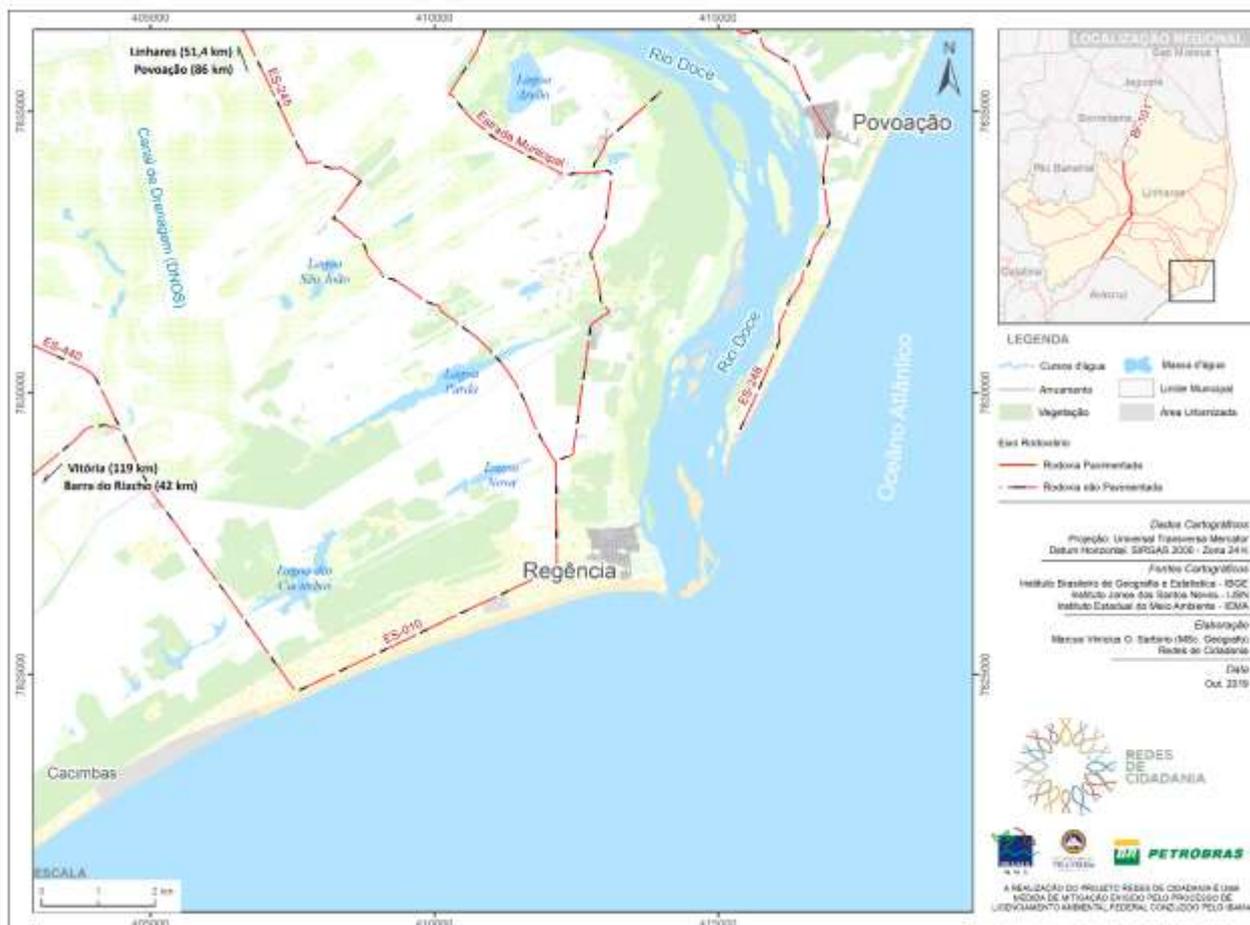
**Figura 1** - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Regência, Linhares



Fonte: Redes de Cidadania

O acesso à comunidade se dá pela rodovia estadual ES-010. Esta rodovia segue o litoral capixaba próximo à orla marinha. Em Regência, ela margeia a Reserva Biológica de Comboios, passando à oeste da comunidade, quando faz uma curva para o norte, ligando-se à ES-245, responsável por ligar a comunidade à Linhares. O acesso à capital, Vitória, se dá a partir da ES-010, em um percurso de 119 km. A comunidade pode ser acessada também a barco, pela comunidade vizinha de Povoação. Historicamente, as comunidades vizinhas possuíam como principal comunicação a travessia do rio Doce, de uma margem a outra. Algo que, por carro, só seria possível através de um percurso de 86 km. Figura 2.

**Figura 2** - Principais rodovias e acessos à comunidade de Regência, Linhares



Fonte: Redes de Cidadania

### III.2 Instituições representativas da pesca

Os pescadores da comunidade são cadastrados na colônia Z6 – Caboclo Bernardo. Localmente, são representados pela Associação de Pescadores de Regência – Sabino Bispo de Oliveira-ASPER, criada em 1998 e presidida pelo Sr. Leônidas Carlos.

A associação possui uma fábrica de gelo com capacidade de fornecer insumos aos pescadores. O equipamento foi doado pela Secretaria Especial de Agricultura e Pesca-SEAP/PR em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio.

No ano de 2017, em função dos efeitos do rompimento da barragem de rejeitos da mineração sobre o rio Doce e sua foz, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural-INCAPER, em parceria com a Associação de Pescadores local, a Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca-Seag, a Fundação de Desenvolvimento Agropecuário do Espírito Santo-Fundagres, o Projeto Tamar, a Fundação Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento-BNDES, criou o Inova Pesca, um programa criado com o intuito de incentivar a aquicultura entre pescadores locais e seus familiares, fomentando a criação de peixes e a elaboração de uma horta comunitária no terreno da Associação de Pescadores (INCAPER, 2017).

**Figura 3** – Tanques de Piscicultura / criação de Tilápias na Asper.



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Por meio do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira-PCAP Sísmica 4D, a comunidade adquiriu equipamentos para beneficiamento do pescado, visando ter uma unidade junto à associação capaz de gerar renda à marisqueiras e familiares dos pescadores, de modo geral. No momento de realização da pesquisa, o PCAP estava concluído, porém, sem utilização, em virtude da proibição da pesca pelos fatores supraexpostos. Além deste projeto, foi entregue à comunidade uma loja de pesca, também já concluída, apesar de contar com baixa movimentação em decorrência da proibição da pesca. Este projeto é uma condicionante do PCAP Camarupim.

**Figura 4** - Equipamento de beneficiamento do pescado da Asper.



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

**Figura 5** - Loja de pesca da comunidade de Regência.



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

### III.3 Locais de embarque e desembarque pesqueiro

As embarcações da comunidade de Regência ficam atracadas na foz do Rio Doce, no Porto de Regência e no Rio Preto, cujo acesso se dá por um corredor na rua que possui o mesmo nome deste rio. Nesta área não há infraestrutura que facilite o acesso ao pescado ou dos pescadores às embarcações, havendo a necessidade de entrar na água ou mesmo passar por outras embarcações para embarcar ou desembarcar.

**Figura 6** - Embarcação atracada no Porto de Regência.



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

**Figura 7** - Embarcações atracadas no Rio Preto.



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

## IV CARACTERIZAÇÃO DA PESCA

A comunidade conta com 114 pescadores associados à Asper. A pesca na comunidade ocorre tanto em área marítima quanto estuarina. Com relação às embarcações, os pescadores usam bateiras<sup>1</sup> - pequenos barcos - de rio e de mar, barcos de alumínio, mais comuns entre pescadores amadores, barcos de boca aberta e barcos de casaria. O comprimento médio das embarcações varia entre 6 e 12m. Nas bateiras, os pescadores utilizam remos e motor de popa - 15 hp - ou motor de rabeta. Nas embarcações maiores, de boca aberta ou de casaria, é utilizado o motor de centro.

Com relação as artes de pesca, na comunidade faz-se uso dos seguintes petrechos: arrasto de fundo, espinhel, caceia, linha de mão e rede de espera. As principais espécies capturadas são: robalo, manjuba, pescada, arraia, baiacu, barana, carapeba, corvina, prejeraba, espada, sango, xaréu, cação, camarupim, bagre, pescadinha, linguado, cação, guaibira, tainha, pescadinha e camarão.

### IV.1 Áreas de atuação da atividade pesqueira

A pesca das baiteiras ocorre entre Povoação e a Reserva de Comboios, Linhares, até a profundidade de 8m. As embarcações motorizadas que atuam na pesca de espinhel, arrasto de fundo e linha, pescam entre Santa Cruz, Aracruz e Barra Nova, São Mateus, até a distância de 5 milhas. As embarcações maiores atuam desde Conceição da Barra até Santa Cruz, Aracruz, em uma distância de 20 milhas da costa.

<sup>1</sup> O termo Bateira é usual entre os pescadores artesanais do litoral centro-norte capixaba, com pronúncias distintas, a depender da localidade. Baeteira, baiteira, batera e baetera são outras formas de pronúncia do termo que podem ocorrer. Neste relatório o termo será genericamente utilizado como "bateira".

## IV.2 Carreira da pesca

Em relatos obtidos na comunidade, observou-se que a carreira da pesca depende de fatores relacionados às relações de familiaridade e compadrio. Os pescadores mais jovens acionam os pescadores mais velhos como sendo seus mestres, posição altamente valorizada no contexto. O mestre da embarcação é aquele que detém conhecimento das marés e das principais áreas de pesca – os “pesqueiros”. O conhecimento sobre os pesqueiros é repassado após o estabelecimento de uma relação de confiança entre o mestre e alguns membros específicos da tripulação.

Ademais, observou-se que a relação de trabalho dos pescadores de Regência possui características de uma economia familiar, na qual toda a família é envolvida na atividade laboral. As mulheres geralmente atuam no espaço doméstico e no trabalho de beneficiamento do pescado, enquanto o pai e os filhos, sobretudo homens, atuam na captura do pescado.

## IV.3 Características das embarcações

As embarcações presentes na comunidade de Regência podem ser classificadas em três tipos: botes/bateiras de madeira – Figura 8 – com comprimento que pode chegar a 6,5m, contendo motor de popa de até 18hp ou de rabeta; os barcos de porte pequeno denominados “boca aberta”; e as embarcações de porte médio, que possuem motor de 3 a 4 cilindros, com um comprimento que varia entre 10 e 12 metros.

**Figura 8** - Bateiras e Barcos médios.

Fonte: Acervo Redes de Cidadania

#### IV.4 Técnicas e petrechos de pesca

Os principais petrechos e técnicas de pesca na comunidade são: arrasto (balão), caceia, linha e anzol, rede de espera e espinhel. A pesca de balão, também conhecida por arrasto, ocorre nas áreas mais próximas do litoral, pois a espécie pescada por esta embarcação, o camarão sete-barbas, não é uma espécie que fica muito afastada do litoral. Para a pesca desta espécie, a embarcação é equipada com guinchos, que funcionam como dois braços abertos, nos quais ficam presos os balões utilizados na captura do pescado.

Na pesca de caceia, a rede é presa em suas extremidades, por uma corda. A rede é deixada à deriva, acompanhando a corrente, com um dos pescadores da embarcação a segurando pela corda.

No caso da pesca de linha, os pescadores utilizam náilon – fino ou mais grosso, dependendo da espécie que será pescada – e anzóis, entre 5 e 15 por linha, seguindo a mesma lógica da linha. A linha possibilita ao pescador acessar áreas mais profundas, não alcançadas pelas redes de espera, que é o caso das áreas dos corais, denominadas pelos pescadores de "cascalho".

**Figura 9** - Petrechos de pesca.

Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

A pesca realizada com a rede de espera captura, geralmente, peixes que passam em cardumes e caem nas redes posicionadas em áreas já conhecidas pelos pescadores. O petrecho de pesca pode ser projetado para a pesca de fundo ou de superfície - caceio. Os pescadores o posicionam nos “pesqueiros” e colocam sinalizadores para que o material não se perca ou seja arrastado por outras embarcações.

Com relação ao espinhel, este aparelho é composto por muitos anzóis, mantidos ao fundo por meio de poitas e sustentado por boias que também auxiliam em sua localização. No equipamento há uma linha principal - linha madre - da qual partem várias linhas secundárias – estropos. As extremidades da linha principal são presas aos cabos que ligam boias às poitas – arinques – e o número de anzóis pode variar de acordo com o local de pesca. A isca utilizada pode ser sardinha, lula ou cavalinha.

## V ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS

### V.1 Histórico de formação e evolução urbana/territorial

A localidade era ocupada inicialmente por povos indígenas Botocudos, porém, na segunda metade do século XVIII, um homem perseguido pela justiça se estabeleceu na região, às margens do rio Doce. Tendo sido acolhido amigavelmente pelos Botocudos, fez uma plantação e passou a comercializar produtos no rio Comboios, um ponto comercial onde as mercadorias eram colocadas em canoas e direcionadas até Povoação do Riacho (Barra do Riacho). No local em que descarregavam os carros de boi, ele construiu uma choupana. Com o passar do tempo, o “homem branco” passou a ser um importante comerciante da região, mas, em um dado momento, tentou se relacionar com uma jovem botocuda, encontrando resistência por parte dos seus familiares. Como resposta, ele entregou ao grupo objetos infectados com o vírus variólico, contaminando e provocando a morte de muitos homens e mulheres da localidade. Desde então, os grupos indígenas passaram a tratar os portugueses com hostilidade, em virtude do perigo que representavam depois do episódio mencionado (SAINT-HILAIRE, 1974).

No local em que o dito homem havia construído uma choupana, o governo construiu um quartel, cuja finalidade era garantir a defesa em relação à resistência dos povos indígenas da região. A construção homenageou Dom João, Príncipe Regente. A partir deste evento, em 1800, se inicia o povoamento da localidade, tendo seu nome sido alterado para Regência Augusta. O Quartel de Regência tinha a função de controlar o transporte de viajantes, comerciantes e colonos que subiam o rio Doce. Este modo de gestão do território possibilitou o início do povoamento da região (MARINATO, 2007). De acordo com o relato do viajante Saint-Hilaire (1974, p. 166) o quartel era “[...] uma grande cabana isolada, construída no meio da areia”.

Estabelecida a população branca na localidade de Regência e na foz do rio Doce, se iniciam atividades econômicas agropecuárias com a finalidade de abastecimento do mercado local e externo. Uma produção significativa de cacau,

que se iniciar no ano de 1895, promoveu certo dinamismo econômico, atraindo trabalhadores e investidores de outras regiões (COSTA, 1989).

**Figura 10** - Regência em 1908 - Antigo armazém.



Fonte: Eu vi em Linhares – Site.

Segundo relatos dos moradores da comunidade de Regência Augusta, a conformação das casas era de frente para a igreja de São Benedito e não como é hoje, de costas para a citada edificação. Na medida em que a foz do rio Doce foi mudando de lugar, as casas foram se afastando para uma área mais segura. Não somente a comunidade mudou, mas também o cemitério, que funcionava ao lado da Igreja, onde hoje é um campo de futebol. As edificações eram de estuque, uma construção feita de madeiras, barro, cipó e telhados de palha. A chegada na comunidade era por meio de veículos de tração animal ou pelo mar, por meio das embarcações de carga e de transporte de pessoas, que era o caso do vapor Juparanã, que fazia o transporte de passageiros e cargas da localidade para outras regiões. Antes da embarcação mencionada, havia o vapor Tamoio e o Tupy, porém o primeiro naufragou em Colatina e o segundo encalhou em Regência (Mensagens do Governador do Espírito Santo para a Assembléia - ES, 1928, p. 236).

**Figura 11** - Vapor Juparanã (1891).

Fonte: Correio mercantil – Acervo Redes de Cidadania.

No século XX as embarcações já encontravam dificuldades para acessar os portos da foz do rio Doce, em virtude do volume de água baixo no período da estiagem. Dessa forma, iniciam-se pedidos para construção de estradas de ligação da comunidade à Linhares e deste município à uma das estações da Estrada de Ferro Vitória-Minas (Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros – ES, 1929, p. 141).

Na segunda metade do século XX, em 1960, a comunidade passa a ser mais integrada à outras regiões quando o Governo Federal dá início ao processo de drenagem de áreas pantanosas. Detalhes estes que possibilitaram a construção e o melhoramento das estradas de acesso (SILVA, 2014). Outro aspecto que alterou significativamente a região, foi a expansão da indústria de petróleo e gás, iniciando suas atividades exploratórias em 1978 (ANP, 2016).

## **V.2 Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira**

A região da foz do rio Doce, na qual se localiza a comunidade de Regência Augusta, conta com dois projetos industriais de grande porte: a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas-UTGC, executada pela estatal Petrobras e a Usina Termoelétrica Linhares. A UTGC e a Usina Termoelétrica de Linhares ocupam uma área relativa a dezenas de hectares em meio a um faixa rural agrícola, pecuarista e de silvicultura. Na comunidade de Regência há ainda um

Terminal Aquaviário que possui 4 tanques. Eles eram utilizados para estocagem de óleo, com capacidade de 40 mil m<sup>3</sup>, mas, no ano de 2011, estes estavam armazenando apenas água para produção (GONÇALVES, 2011). No ano de 2009 houve um vazamento de água oleosa em decorrência do transbordamento dos tanques, o que causou sua disposição sobre o solo local.

No ano de 2012, através de ação ajuizada na Justiça Federal de Linhares, os Ministérios Públicos Estadual e Federal pediram à Petrobras, por meio de sua subsidiária Transpetro, que retirasse o terminal da região. Os defensores moveram a ação sob a alegação de haver degradação da região, uma Área de Preservação Permanente-APP, pondo em risco o ambiente pesqueiro e a presença das tartarugas (ZANDONADI, 2012).

De acordo com Gonçalves (2011), as instalações no entorno da comunidade estão vinculadas às principais fontes de perigo existentes na região, vinculadas tanto aos padrões de uso e ocupação do solo quanto às substâncias movimentadas, estocadas ou descartadas. Os danos relacionados ao terminal correspondem às emissões acidentais destas substâncias, colocando em risco não somente à fauna e flora, mas também os moradores da região.

**Figura 12** - Terminal Aquaviário de Regência.



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Além dos possíveis riscos relacionados ao terminal, há ainda o perigo quanto aos dutos de escoamento da produção de petróleo e gás. É possível observar, em atividades de campo, áreas de passagem dos dutos, com informações sobre os possíveis riscos das citadas áreas. Este fato limita o uso dos territórios pelos moradores da região.

A cinco quilômetros da área povoada da Vila de Regência Augusta está a Unidade de Gás Natural de Lagoa Parda-UPGN – Lagoa Parda. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo e Gás-ANP, a descoberta e exploração do combustível fóssil começou na região em 1978 (ANP, 2016). Antes desta exploração, havia predomínio da agricultura em pequena escala (LEONARDO; TRIGUEIRO, 2015), atividade que ainda é presente em outras áreas da comunidade, visto que a agricultura familiar é muito comum entre os pescadores artesanais da região da foz do rio Doce.

### V.3 Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira

A comunidade de Regência Augusta possuía uma serraria até os anos de 1940, responsável por grande parte do desmatamento da região. As madeiras extraídas da localidade eram destinadas ao porto do Rio de Janeiro, de onde seguiam em direção ao mercado externo (SALDANHA, 2018).

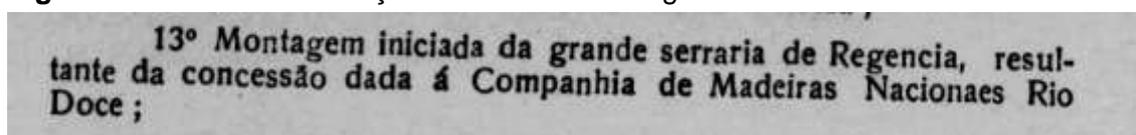
**Figura 13** - Trabalhadores durante a construção da Serraria. Década de 20.



Fonte: Museu Histórico de Regência – Acervo Redes de Cidadania

O processo de desmatamento da região rendeu lucro aos exportadores de madeira, além de ter criado áreas que, posteriormente, foram destinadas à pecuária. Este aspecto contribuiu para o processo de assoreamento da foz do rio Doce, o qual, segundo relato de pescadores, é um dos problemas para a continuidade da atividade pesqueira. A extração de madeira da região foi tão banalizada que, em um dos relatos obtidos na comunidade, um pescador afirmou ter visto com “seus próprios olhos” um morador usando madeira de Jacarandá – madeira nobre – como lenha.

**Figura 14-** Início da construção da Serraria de Regência no ano de 1927.



Fonte: Mensagens do Governador do Espírito Santo para Assembléia (ES) – reprodução parcial – Acervo Redes de Cidadania.

Além dos conflitos ambientais supramencionados, ainda cabe lembrar uma situação que agravou a crise ambiental na comunidade de Regência Augusta, ocorrida no ano de 2015: o rompimento das barragens de Fundão e Santarém, na unidade industrial de Germano, da empresa Samarco Mineração (controlada pelas acionistas Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton Brasil Ltda.), entre os distritos de Mariana e Ouro Preto, no estado de Minas Gerais. O desastre provocou uma onda de lama tóxica que devastou distritos próximos, resultou na morte de 19 pessoas, deixou centenas de desabrigados, decretou a “morte do Rio Doce”, afetou o abastecimento de pelo menos meio milhão de pessoas dependentes da bacia do Rio Doce, além de ter impactado a vida marinha no litoral capixaba até a atualidade, prejudicando inúmeras comunidades de pesca artesanal. Este aspecto comprometeu ainda o abastecimento de água na região, hoje mantida com água potável fornecida diariamente por carros-pipa.

A pesca foi legalmente interrompida pela Justiça Federal do Espírito Santo em uma faixa delimitada ao sul pela Barra do Riacho, no município de Aracruz, ao norte pela praia de Degredo, no município de Linhares, e à leste até onde a plataforma continental alcança 25 metros (INSTITUTOS LACTEC, 2019).

Pouco mais de 4 anos após o rompimento da barragem, de acordo com relatório técnico do Instituto Lactec (2019), realizado em atendimento à solicitação do Ministério Público Federal, existe, ainda hoje, a necessidade de se manter a proibição da pesca e, até mesmo, ampliar a área de restrição.

Conforme apontam entrevistas realizadas na comunidade de Regência Augusta, ocorreram complexas transformações na pesca artesanal, influenciando diversos aspectos da vida de pescadoras e pescadores, tanto em função do desastre da barragem e da chegada da lama, quanto, mais recentemente, em função das ações indenizatórias realizadas nas áreas afetadas, que tem sido alvo de vários questionamentos e críticas por parte destas comunidades.

## **VI ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE**

### **VI.1 Caracterização sociocultural**

A comunidade de Regência Augusta pode ser caracterizada a partir de diferentes aspectos, que gravitam em torno dos processos de ocupação da vila. Historicamente, a comunidade fora habitada por povos indígenas, tornando-se uma localidade importante para o “homem branco” por se situar na foz do Rio Doce, importante via de navegação de embarcações que realizavam o transporte de passageiros e mercadorias. A região possuía uma serraria importante, a Serraria Regência, que fora construída no ano de 1923 pela Companhia de Madeiras Rio Doce. As madeiras eram extraídas na região para serem transportadas para outros estados.

De acordo com os relatos obtidos na comunidade, além da pesca artesanal, os moradores cultivam milho, feijão e mandioca em pequenas propriedades agrícolas.

Um aspecto que hoje influencia significativamente a vida da comunidade é a prática do Surf. O mar da região é muito propício à atividade, atraindo surfistas de diversas regiões do Brasil, além de servir de palco para campeonatos

importantes. Esta modalidade tem contribuído para a chegada de turistas jovens, que acabam alterando a dinâmica sociocultural da comunidade pesqueira.

O dia a dia local é característico de uma comunidade pequena, na qual os vínculos sociais são marcados por uma “alta pessoalidade” (BLANC, 2016). A relação de parentesco e compadrio é importante para a construção de alianças políticas e laborais. A confiança na comunidade é garantida pelo caráter intimista que predomina nas relações sociais. As “cadeias de reputações” (BLANC, 2016) existentes na localidade vinculam os indivíduos aos troncos familiares, tornando-os, assim, parte de uma comunidade afetiva.

## VI.2 Principais Patrimônios culturais

Dentre as atividades culturais predominantes em Regência Augusta, podemos destacar: Festa do Caboclo Bernardo, Fincada do Mastro na festa de Santa Catarina, Derrubada do Mastro na Festa de São Benedito, Fubica e Carnaval.

A Festa do Caboclo Bernardo é organizada pela associação cultural e pela associação de moradores em parceria com a Prefeitura Municipal. A festa é uma homenagem ao Caboclo Bernardo, um morador da comunidade de Regência que salvou tripulantes do Navio Imperial Marinheiro. O qual, ao passar pela região, bateu em um banco de areia, na embocadura do Rio Doce, há duas milhas da costa. Bernardo levou um cabo até a embarcação para que os marinheiros se segurassem nele, salvando-os. Após este feito, o Caboclo Bernardo foi condecorado pela Princesa Isabel, recebendo um reconhecimento a nível internacional. Ao todo, 14 tripulantes morreram e 127 foram resgatados do acidente.

**Figura 15** - Casa de estuque sendo construída para homenagem ao Caboclo Bernardo.



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Com relação as festas de fincada e derrubada do mastro, estas envolvem toda comunidade. Os responsáveis pela realização da festa são a associação cultural e a associação de moradores. As festividades são acompanhadas pela Banda de Congo de São Benedito, hoje comandada pelo mestre Grimaldo. Ao som dos tambores e das casacas a banda acompanha a busca pelo mastro, que é escondido em algum ponto da comunidade. Após o encontrarem, os moradores o carregam até a Igreja enquanto os envolvidos o tocam fazendo devoções. Em seguida ele é fincado ao lado da Casa de Congo. Este evento ocorre no mês de novembro, durante os festejos de Santa Catarina. No mês de janeiro, durante os festejos de São Sebastião, ao som da banda de Congo, ocorre a derrubada do mastro.

Com relação a Fubica e o Carnaval, estas festas também são muito importantes na comunidade. A primeira é um carnaval fora de época, que, no meio do ano, ao som de um pequeno trio elétrico, a comunidade faz suas festividades pelas ruas. A festa do carnaval também é importante, pois na comunidade há o bloco “Âs de Ouro”. Este, segundo relatos, foi criado a partir da influência de tripulantes que vinham nas embarcações do Rio de Janeiro buscar madeira na Serraria Regência. O contato entre com os referidos grupos fez com que Regência passasse a cultivar uma festividade que não era característica da região.

Com relação aos patrimônios culturais, podemos destacar aqui os patrimônios materiais e imateriais, como: Banda de Congo, Farol Antigo, Estandarte de Santa

Catarina e São Benedito, Estandarte do Congo adulto, Igreja Católica, Casa de Congo e Caboclo Bernardo, Benzedadeiras, Parteiras e Seu Miúdo.

A Banda de Congo de Regência era chamada inicialmente de “Tambor de Congo”, constituída por dois tambores e duas casacas, que eram chamadas de “ganzás”. De acordo com relatos obtidos na localidade, nesse período, não havia participação feminina na banda, mas, após contato com a Banda de Congo da Vila do Riacho, foram introduzidos mais instrumentos e as mulheres começaram a fazer parte, sobretudo, tocando casacas.

**Figura 16** - Chegada da Banda de Congo de Regência à Igreja de São Benedito.



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

O Farol Antigo foi construído na Barra Norte do Rio Doce, em 15 de novembro de 1895, com altura de 47 metros. Este é um marco da navegação de Regência, pois, quando houve o acidente com o Imperial Marinheiro, foi feita a reivindicação de um farol mais alto, que desse suporte às embarcações que se aproximavam da Foz do Rio Doce. Isto possibilitou maior visibilidade e minimização de riscos de acidentes.

**Figura 17** - Parte do antigo farol de Regência.



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Os estandartes de Santa Catarina e São Benedito hoje encontram-se no Museu de Regência e representam os santos de devoção que movimentam as festas na comunidade.

O estandarte de Congo Adulto é utilizado exclusivamente pela Banda de Congo e é segurado, geralmente, por um membro do sexo feminino, não passando de uma mão para a outra. Só é possível esta passagem se a responsável não tiver mais condições físicas ou mesmo por uma desistência por questões particulares.

A Igreja e a Casa de Congo são construções importantes para a comunidade. Ficam na praça principal. É válido ressaltar que a forma como a Igreja está disposta enuncia alterações na mesma, pois hoje ela se encontra de fundos para a comunidade. Nesta perspectiva, relembra-se que a primeira ocupação de Regência era na frente da Igreja. Na medida em que o Rio Doce foi mudando o seu curso, as casas foram sendo tomadas pela água e a população passou a ocupar a rua de trás da Igreja. A Casa de Congo fica de frente para a Igreja, e é lá que ficam guardados os instrumentos utilizados pela banda. Lá também ocorre a realização de ensaios e apresentações da banda.

**Figura 18** - Igreja de São Benedito.

Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

**Figura 19** - Casa de Congo de Regência Augusta.

Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Com relação aos patrimônios imateriais, a comunidade possui a história do Caboclo Bernardo, já mencionada, bem como as práticas de Medicina Tradicional, envolvendo parteiras, benzedeiros e rezadeiras. Estas práticas utilizam plantas, óleos, copos d'água e orações. As benzedeiras e os benzedeiros mais conhecidos na comunidade são: Dona Eutevina, Dona Águida, Dona Izabel, Maria Bozó, Seu Moacir, Dona Marieta, Dona Aurora, Dona Vitória, Dona Ziula, Dona Éurides, Miúdo e Margarete.

Além de benzimento, Seu Miúdo também fazia composição de músicas em homenagem a comunidade e ao Congo. Seu Miúdo passou a se dedicar a cuidar do Jazigo de Caboclo Bernardo, prática que lhe conferiu o título de Guardiã do Túmulo de Caboclo Bernardo. Na praça principal, há um busto em homenagem ao Seu Miúdo e um em homenagem ao Caboclo Bernardo.

## VII RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA

A organização social, sob a perspectiva antropológica, leva em consideração o modo como o grupo se organiza a partir de relações baseadas em sexo/gênero, idade, parentesco, relações de trabalho, atividades recreativas e crenças (FIRTH, 1974). Os aspectos mencionados são importantes na constituição de um sistema de valores que definem padrões de comportamento a serem observados pelos membros. Este direcionamento teórico-metodológico é importante para que se possa compreender os diferentes aspectos que tornam a comunidade pesqueira de Regência organizada, bem como, quais elementos, internos e externos a ela, representam rupturas.

A comunidade de Regência é pequena e há uma rede de parentesco muito extensa, fazendo com que vários membros da comunidade tenham alguma relação de parentesco entre si, mesmo que distante. Este fato faz com que o controle social do grupo sobre os indivíduos seja mais intenso e uma ruptura pode ocasionar na desarticulação política da comunidade como um todo. Em entrevistas, se pode perceber a perda da relação de confiança entre alguns membros da comunidade, o que tem provocado certa retração da participação nas atividades de interesse comum. Esse fato, em alguma medida, foi um efeito do tratamento particular das indenizações em relação ao rompimento da barragem de rejeitos de mineração das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton - evento que contaminou o rio Doce e parte do litoral capixaba. De acordo com relatos locais, houve uma tentativa de conversar individualmente com os afetados, o que gerou desconfiança em relação aos reais valores financeiros a serem pagos a cada membro da comunidade. Logo, alguns membros da comunidade questionam o direito de receber dos não pescadores, enquanto

outros entendem que, como todos da comunidade possuem uma relação com o rio Doce, seja de trabalho, seja de lazer, deveriam receber.

Em trabalho de levantamento de lideranças na comunidade, foram realizadas entrevistas e reuniões. As reuniões locais identificaram lideranças por meio de convocação entre os que estavam presentes. Nas entrevistas, foram identificados, como potenciais líderes, os pescadores que são mais expressivos, tanto pela relação com a pesca quanto pela relação com a população local. Após este levantamento, foi proposto que algumas novas lideranças fossem inseridas nos Grupos de Ação Cidadã-GACs, complementando as que já haviam sido selecionadas. Segue abaixo o quadro das lideranças levantadas:

- Liderança comunitária formal:
  - *Leônidas (Presidente da Associação de Pescadores).*
- Lideranças comunitárias informais:
  - *José de Sabino (Élcio);*
  - *Pedro Cordeiro Ribeiro;*
  - *Jerônimo;*
  - *Ernandes Fregona;*
  - *Cevero Silva;*
  - *Luiz Preto.*
- Lideranças femininas:
  - *Luci Lourenço;*
  - *Maria Lúcia Ramos;*
  - *Suely;*
  - *Luciane.*
- Lideranças jovens:
  - *Alberto Luiz;*
  - *Victor dos Santos;*
  - *Negão.*

## VIII REFERÊNCIAS

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Lagoa Parda: Plano de Desenvolvimento Aprovado**. Reunião de Diretoria nº 832 de 18/02/2016, Resolução nº 91/2016.

BARRETO FILHO, H. T. **Populações tradicionais**: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume. p.109-143, 2006.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BLANC, M. “Para além das suas fronteiras”: personalidade, conduta pública e trajetórias pequenourbanas. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.15, n. 45, p. 78-88, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965 DOSSIÊ <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes, 2003.

CALLEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. dos S. **Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva**. *Ambient. soc.* [online]. 2014, vol.17, n.3, pp.115-134.

CAMPOS, Marília Andrade Torales; MORAIS, Josmaria Lopes de; VIEIRA, Solange Reiguel. **Técnicas participativas em um processo de construção coletiva de uma ferramenta para a educação ambiental**. *Revista Educação Ambiental em Ação*. Número 56, Ano XV. Junho-Agosto/2016, s/p. Disponível em <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2353>. Acesso em 26/05/2020

COSTA, N.C.S. **Terra e povoamento na implantação da lavoura cacauieira no Espírito Santo: um estudo de caso: Linhares – 1900 a 1930**. 1989. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1989.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51, set./dez. 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

\_\_\_\_\_. **Povos e Mares**: leituras em sócio antropologia marítima, Nupaub, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1996.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. Oficina de textos, 2008.

FLICK, Uwe. Triangulation in Qualitative Research. In. FLICK, Uwe; KARDORFF Ernst von; STEINKE, Ines (eds.), **A Companion to Qualitative Research**. Sage: Londres, 2005. pp. 178-183.

FOX, Jefferson. et al. O Poder de Mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**, IPPUR. Rio de Janeiro, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. 2. ed. Londres: Routledge Press. Portuguese translation by Editora Vozes, 2018 [1967].

GIUMBELLI, Emerson. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]., vol. 17, no. 48. 2002

GONÇALVES, F. P. **Atividade energética e riscos no litoral de Linhares: problemas e perspectivas para a gestão do território**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo), Vitória, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

INCAPER. 2017. **Inova Pesca garante renda para pescadores de Linhares**. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/inova-pesca-garante-renda-para-pescadores-de-linhares>, acessado em 01 de mai. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arquivos Shapefile**. Espírito Santo, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - INSTITUTOS LACTEC.LACTEC. **Parecer técnico contaminação e comprometimento dos estoques pesqueiros**. Curitiba, Paraná, 2019.

INGOLD, Tim. **Evolutionary Models in the Social Sciences**. Cultural Dynamics, 4, p. 355-378, 1991.

\_\_\_\_\_. A evolução da sociedade. In: FABIAN, Andrew C. (org.). **Evolução: sociedade ciência e universo**. Bauru: EDUSC. pp. 107-131, 2003.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEONARDO, Flávia Amboss Merçon; TTRIGUEIRO, Aline. **Desenvolvimento e Injustiça Ambiental: O caso dos pescadores artesanais da foz do rio Doce-ES**, Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre (RS), 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernanrdo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v.8, n.1, p.37-54, Jan./Jun. 2004.

\_\_\_\_\_. (org.) **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e desafios. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. e LAMOSA,

Rodrigo. **Educação ambiental no contexto escolar**: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Quartet; CNPq, 2015.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)**. Dissertação (Mestrado). Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2007.

MENSAGENS DO GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO PARA A ASSEMBLÉIA.

**Mensagem**. Vitória – ES, 1928. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=872881&Pesq=%22vapor%20ju%20paran%c3%a3%22&pagfis=3123>, acessado no dia 15 de mai. de 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n.10, pp. 200-215. 1992.

RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS. Vitória – ES, 1929. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720380&Pesq=%22porto%20de%20regencia%22&pagfis=3632>, acessado no dia 15 de mai. de 2021.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce. Belo Horizonte**: Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SALDANHA, M. C. **Do sistema tripolar GTP: geossistema, território e paisagem à geografia transversal e de travessias: uma abordagem geográfica do distrito de Regência Augusta - Linhares (ES)**. 2018. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Federal Do Espírito Santo.

SILVA, Thaishi da Silva. **Metodologia Aplicada ao Uso de Cobertura da Terra de Regência (Linhares-ES), Como Ferramenta de Planejamento Municipal**.

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

SILVA, Regina.; JABER-SILVA, Michelle. O mapa social e a educação ambiental, diálogos de um mapeamento participativo no Pantanal, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 201-221, 2014.

SPENCER, Herbert. **Do progresso sua lei e sua causa**. Lisboa: Inquérito, 1939.

TAKAKI, Emika; REGINENSI, Caterine. **Mapa da Memória**: Vale Encantado. 2010. (Cartas, mapas ou similares/Mapa).

THIBAUD, Jean-Paul. L'horizon des ambiances urbaines. In: **Communications**, 73, 2002. Manières d'habiter, sous la direction de Philippe Bonnin. pp. 185-201. 2.

THOMAS, William Isac; ZNANIECKI, Florian. **El Campesino Polaco en Europa y en América**. 2 ed. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

XAVIER-DA-SILVA, Jorge. **Geoprocessamento para análise ambiental**: Aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ZANDONADI, Denise. **Ação Exige Fim do Terminal de Regência da Petrobras**. A Gazeta, Vitória – ES, pág. 32, coluna Dinheiro, 15 de Jun. de 2012.

## IX APÊNDICES

### APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

#### INTRODUÇÃO

O presente termo de referência objetiva a parametrização do levantamento de dados das comunidades pesqueiras. O relatório deverá ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão. As informações devem ser fornecidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possa compreender a área estudada e deverá contemplar os seguintes aspectos:

#### CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Este item tem como finalidade realizar uma caracterização geral da comunidade, incluindo: descrição da localização da comunidade em relação ao município, breve histórico de formação territorial e seu contexto de inserção. Descrição do número de pescadores cadastrados nas respectivas colônias e associações, identificação dos “pescadores de fato”, localização das moradias ou minimamente uma referência de localização - bairro, rua, ponto de referência.

Também pretende-se levantar as principais áreas de interesse na comunidade de pescadores: pontos de embarque e desembarque dos pescadores; áreas de atuação – marítimas, costeiras e terrestres – das atividades pesqueiras; locais de concentração e convívio dos pescadores em terra; localização das residências dos pescadores.

#### Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado;
- Os acessos principais e alternativos à comunidade;
- Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente;
- Endereço de residência ou referência de localização da residência;
- Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador;
- Análise *in loco*, com registro fotográfico, das áreas de embarque e desembarque pesqueiro de maior frequência e que podem ser identificadas por observação. O registro fotográfico deverá conter as referências de coordenadas geográficas – ativar função de GPS/localização da câmera ou do celular – que possibilitem a posterior marcação em um programa SIG-QGIS ou ArcGIS.

#### Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores;

- Registro fotográfico;
- Dados de GPS.

**Produtos:**

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de localização da comunidade contendo: limites municipais, limites das comunidades rurais, limites de bairros, limite das áreas urbanizadas, identificação das principais vias;
3. Mapa da localização de pontos de referência histórica da formação territorial da comunidade, áreas de ocorrência de eventos importantes da comunidade que contribuíram para formação da comunidade de pescadores;
4. Mapa de acesso à comunidade;
5. Mapa com a localização das residências dos pescadores;
6. Mapa das áreas de embarque e desembarque dos pescadores artesanais;
7. Mapa das áreas de atividade pesqueira - marítima, costeira e terrestre.

**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

O item de uso e ocupação do solo tem o objetivo de analisar e caracterizar a estrutura/forma/tipo de ocupação e desenvolvimento do solo urbano e rural, no qual as comunidades se inserem. Tal análise se baseia na identificação das zonas de predominância de tipologias construtivas, considerando a estrutura da malha urbana – continuidade/descontinuidade, integração/segregação – e na identificação de áreas que apresentem algum tipo de precariedade urbana – falta de infraestrutura, tipologia construtiva das edificações.

Também é pretendido caracterizar a estrutura atual de uso e ocupação do solo, indicando as zonas de predominância de uso, predominância de gabarito – quando existir edificação destoante do entorno – núcleos de concentração de atividades não residenciais e de impacto nas atividades de pesca artesanal, indicando o perfil de tais atividades – porte, tipo, localização, existência de EIV/EIA/RIMA, etc.

Ainda nesse mesmo item se propõe a avaliação das possíveis transformações urbanísticas induzidas por fatores externos não controlados pela comunidade ou pela municipalidade – adensamento, uso e ocupação do solo, estratificação social, atração de pessoas, oferta de trabalho, dentre outras – provenientes da implantação de empreendimentos no entorno da comunidade.

Por fim, propõe-se a análise das áreas de possível valorização imobiliária e do território quanto aos conflitos com empreendimentos de naturezas diversas às comunidades de pesca artesanal.

**Metodologia:**

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros;
- Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo;

- Percepção do pescador quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram maior possibilidade de emprego para os pescadores ou para a comunidade em geral, ou pescadores que enriqueceram e contrataram pescadores artesanais;
- Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas;
- Análise e mapeamento da evolução urbana por meio de imagens aéreas ao longo dos anos. As imagens serão adquiridas através das diversas plataformas disponíveis: IJSN, Geobases, Google, Incaper;
- Análise e mapeamento da estrutura da malha urbana, por meio de observação e registro fotográfico, observando os seguintes pontos: Continuidade e descontinuidade da mancha urbana;
- Áreas com predominância de precariedade - encostas de morros, margens de corpos hídricos, tipologia construtiva de má qualidade, edificações em estágios de degradação, falta de infraestrutura como água, esgoto, iluminação pública, entre outros;
- Áreas de predominância de uso não residencial - comércio, serviço, indústria -, por zonas de predominância e possíveis conflitos gerados. O levantamento do referido dado deverá ser acompanhado por registro fotográfico que comprove as zonas de predominância de uso;
- Atividades industriais ou empreendimentos de natureza geral que impactam o cotidiano da comunidade, caracterizando por porte, tipo e localização.

#### **Evidências coletadas:**

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

#### **Produtos:**

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de zonas de predominância de uso e conflitos;
3. Mapa da estrutura da malha urbana;
4. Mapa das áreas de risco;
5. Mapas de ocupação informal e precárias;
6. Mapa de percepção ambiental com a definição dos percursos, nós e marcos indicados pelos pescadores;
7. Mapa de áreas de valorização imobiliária e conflitos;
8. Mapa de conflitos entre comunidade pesqueira e empreendimentos de natureza geral.

### **QUALIDADE AMBIENTAL**

O item de qualidade ambiental tem o objetivo de avaliar a qualidade das áreas ambientais dentro e no entorno da comunidade de pescadores, considerando os aspectos físicos do relevo, hidrografia, vegetação e solo e também das transformações na paisagem, responsáveis por alterar as formas e processos dos elementos naturais.

Também pretende-se caracterizar as áreas ambientais sensíveis no entorno da comunidade, assim como as áreas de preservação – Reservas Ecológicas, APAs, UCs, etc. – e os impactos que estas vêm sofrendo ao longo do tempo.

Por fim, pretende-se comparar as áreas ambientais previstas no PDM do município e no mapeamento do uso do solo disponível no IJSN – caso a primeira não esteja disponível ou

acessível – com o atual estado dessas áreas, avaliando se ocorreu a preservação das mesmas ou não.

#### **Metodologia:**

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação dos pescadores de como as áreas ambientais eram em relação a como estão hoje;
- Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos;
- Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores;
- Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais;
- Análise da base de dados oficial identificando quais áreas ambientais estão mapeadas para verificação de correspondência em campo;
- Áreas ambientais mapeadas em PDM, base cartográfica do IJSN.

#### **Evidências Coletadas:**

- Entrevistas com pescadores;
- Fotografias das áreas ambientais;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

#### **Produtos:**

1. Relatório contendo os dados levantados referentes aos itens em questão;
2. Mapeamento das áreas de fragilidade ambiental no entorno da comunidade;
3. Mapeamento dos recursos hídricos de pequeno porte não identificados na base oficial;
4. Levantamento de dados para o Mapa socioambiental - Mapa síntese com os desenhos que os pescadores fizeram no campo – mapa participativo.

### **MOBILIDADE URBANA**

O item que trata sobre a mobilidade urbana das comunidades tradicionais objetiva a caracterização da infraestrutura viária da localidade, por meio da descrição das principais vias de acesso – arteriais e coletoras – da intensidade de fluxos, dos principais meios de transporte da comunidade, pontos de ônibus e transporte coletivo, da identificação dos principais fluxos de deslocamento viário – trabalho e residência – e condições de infraestrutura das calçadas.

Através da análise e caracterização das infraestruturas de mobilidade urbana, pode-se entender o padrão de vida da comunidade e em qual contexto socioeconômico a mesma se insere. As relações entre os deslocamentos, pontos de parada e principais rotas de passagem, podem demonstrar a dinâmica local da comunidade pesqueira e como essa se dá no território.

#### **Metodologia:**

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc;
- Indicação dos principais meios de transportes utilizados para locomoção cotidiana;
- Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho;

- Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?;
- Análise e mapeamento das condições de infraestrutura das calçadas segundo as normas vigentes (NBR 9050/2015).

**Evidências coletadas:**

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

**Produtos:**

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de Hierarquia viária;
3. Mapa de pontos de parada de transporte coletivo;
4. Mapa de Intensidade de fluxos - Carros, motos, bicicletas e pedestres;
5. Mapas de conflitos entre mobilidade e escoamento de produção da cadeia produtiva da pesca - localização da fábrica de gelo.

**MAPEAMENTO SOCIOAMBIENTAL**

Coleta preliminar de informações cartográficas com os pescadores para criar um banco de dados para o mapeamento participativo com pescadores: mapa socioambiental e mapa social. A metodologia está alinhada com as entrevistas semiestruturadas que serão realizadas pelo grupo sócio-antropológico, juntamente com o material de base cartográfica para que os próprios entrevistados possam representar espacialmente os seguintes itens:

Atividades extrativistas;  
Manuseio de plantas;  
Relações afetivas;  
Conflitos Ambientais;  
Circulação, trilhas e trajetos.

Também será realizado um mapeamento dos pontos de referência visuais utilizados por pescadores tradicionais para sua localização no mar. Para tal, o mapeamento envolverá: Elaboração de polígono com os nomes dos mares e o nome dos pontos de referência na paisagem terrestre - morros. A metodologia deve ser aplicada às comunidades da Grande Vitória e Aracruz. Nas demais comunidades, deve ser verificado se há uma forma semelhante de referência espacial.

Serão identificadas outras formas de localização do ponto em que o pescador se encontra durante a pesca, como localizar os corais – cascalhos - e áreas mais profundas, a partir do uso de pesos em linhas, por exemplo, quando o tempo está “fechado” e somente a referência visual não basta para identificar sua localização.

Também serão realizados mapas síntese das informações de todas as comunidades, apresentando as características comuns entre elas e no que elas diferem, como a quantidade total de pescadores; percentual de pescadores em relação à população total do município; quantidade de embarcações, etc. Esses mapas serão produzidos *a posteriori* quando as informações de campo forem sintetizadas.

**Metodologia:**

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Registros dos itens supracitados, cartografados pelos pescadores, referentes à cartografia socioambiental;
  - Utilização de mapa-base para que o próprio pescador possa fazer as representações no território;
- Registro da fala dos pescadores, indicando elementos importantes que possam ser espacialmente georreferenciados, mas que envolvem outra escala de abrangência.

#### **Evidências coletadas:**

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

#### **Produtos:**

1. Relatório descritivo contendo os dados coletados, juntamente com os mapas anexados com a contribuição dos pescadores;
2. Mapa de localização dos mares;
3. Registro fotográfico de instrumentos utilizados para localização no mar;
4. Registro do nome dos morros e seus alinhamentos;
5. Mapa socioambiental - trabalhado *a posteriori* em ambiente SIG:
  - 5.1. Áreas de pesca;
  - 5.2. Áreas de conflito;
  - 5.3. Referências de localização dos mares.
- 5.4. Demais informações relatadas pelos pescadores que se distribuem espacialmente no território.

### **EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA**

O item objetiva a caracterização dos equipamentos urbanos e áreas de uso da comunidade, bem como a indicação das condições de infraestrutura dos equipamentos e áreas de sociabilidade, sua localização e horários de uso predominantes. Também deve indicar quais são os espaços de lazer formais e informais.

Realiza a análise das condições de infraestrutura urbana básica, como: abastecimento de água potável, energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de coleta e tratamento de esgoto e rede de drenagem pluvial.

Levanta/atualiza as condições em que os PCAPs implantados nas comunidades se encontram, informando sua localização, estado de funcionamento, degradação, entre outros.

O item deve destacar/levantar quais patrimônios históricos apresentam maior relevância para comunidade de pescadores.

#### **Metodologia:**

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Identificação, em mapa, dos locais de socialização ou/e atividades sociais da comunidade;
- Informações sobre horários predominantes de uso dos equipamentos;
- Identificação da frequência de utilização dos equipamentos;

- Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

**Evidências coletadas:**

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

**Produtos:**

- Relatório contendo a descrição dos dados levantados referentes ao item em questão;
- Mapa de equipamentos urbanos – UPAs, Escolas, CRAS, Projeto Tamar, Associações, Prefeituras, entre outros;
- Mapa das áreas de sociabilidade, espaços de lazer;
- Mapa de patrimônio histórico;
- Mapa de infraestrutura - água, energia, telecomunicações, esgoto, drenagem, entre outros.

**ITENS PARA O DIRECIONAMENTO DA PESQUISA SOCIOANTROPOLÓGICA**

- Levantamento de lideranças formais, feminina e jovem;
- Levantamento das relações sociopolíticas das comunidades;
- Levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social;
- Levantamento das relações socioambientais;
- Levantamento de atividades culturais;
- Levantamento de conflitos socioambientais;
- Levantamento de órgãos de interesse da comunidade;
- Levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade;
- Levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental;
- Método: Conversas com pescadores e familiares de pescadores e realização de entrevistas semiabertas.

**Pontos norteadores das entrevistas:**

**SOCIOECONOMIA**

- Ocupação – Emprego;
- Características familiares;
- Turismo;
- Atividades econômicas;
- Setores econômicos;
- Renda;
- Educação;
- Saúde;
- Perfil da Comunidade Pesqueira.

**POLÍTICAS SOCIAIS**

- Saúde;
- Educação;
- Assistência Social;

- Geração de emprego e renda;
- Mulher;
- Racial;
- Quilombola;
- Populações e territórios tradicionais;
- Criança e Juventude;
- Turismo;
- Cultura;
- Esporte e Lazer.

#### **CULTURA:**

- Festividades;
- Música;
- Religiosidade;
- Tradição oral;
- Ritos, rituais e lendas;
- Iconografia;
- Identidade;
- Práticas cotidianas.

#### **RELAÇÕES SÓCIO POLÍTICAS:**

- Lideranças comunitárias formais;
- Lideranças comunitárias informais;
- Lideranças femininas;
- Lideranças jovens;
- Cadeias de reputação;
- Relações de Parentesco;
- Relações institucionais;
- Mobilização coletiva;
- Conflitos sociopolíticos.

#### **RELAÇÕES DE TRABALHO:**

- Divisão sexual do trabalho;
- Infância e juventude;
- Trajetória profissional;
- Horizonte de oportunidades.

#### **CARTOGRAFIA SOCIAL:**

- Parentesco;
- Pertencimento;
- Memória.

#### **RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:**

- Atividades extrativistas;
- Manuseio de plantas;
- Relações afetivas;
- Conflitos.

#### **GÊNERO:**

- Divisão Sexual do Trabalho;
- Relações Familiares e de gênero;
- Violências;
- Papeis sociais e sua divisão;
- Conflitos de gênero.

#### **MULHERES:**

- Poder de decisão;
- Participação religiosa;
- Educação.

#### **FAMÍLIA:**

- Estado civil;
- Profissão do marido/esposa;
- Prole;
- Renda;
- Participação na renda familiar;
- Quantas pessoas na família contribuem com a renda familiar.

#### **TRABALHO:**

- Início na atividade;
- Tipo;
- Atribuição na atividade;
- Trabalhos além da atividade;
- Relações entre pares;
- Nível de satisfação com o que faz.

#### **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:**

- Participação na associação de pescadores - tomada de decisões;
- Ocupação de cargos na colônia ou associação de pescadores;
- Pertencimento a partido político, grupos religiosos, associação de moradores etc.

#### **DIREITOS RELACIONADOS À PROFISSÃO:**

- Seguro defeso;
- Aposentadoria.

#### **INFÂNCIA E JUVENTUDE:**

- Socialização;
- Violências;
- Educação;
- Cultura e lazer;
- Religião;
- Perspectiva de futuro;
- Espaços de sociabilidade.

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES

### 1. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

#### 1.1 - O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado.

**Pergunta:**

*O senhor poderia falar um pouco sobre a história de como começou a comunidade. Quem foram os primeiros a chegar, onde começaram a morar/construir suas casas?*

#### 1.2 - Os acessos principais e alternativos à comunidade.

*O acesso à comunidade é só pela rodovia ou tem algum caminho diferente que se consegue chegar até aqui?*

#### 1.3 - Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente.

*Antigamente existia cerca de quantos pescadores aqui na comunidade? E hoje, quantos pescam?*

#### 1.4 - Endereço de residência ou referência de localização da residência.

*O(a) senhor(ra) poderia nos dar seu endereço?*

#### 1.5 - Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador.

*O desembarque do pescado é feito onde? Poderia mostrar aqui no mapa onde se encontram os locais de embarque e desembarque? Onde ficam atracados os barcos?*

### 2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

#### 2.1 - Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros.

*Existe alguma empresa aqui por perto? Indústria, pesca industrial, Petrobras com plataformas de petróleo no mar? Esses empreendimentos mudaram a vida do(a) senhor(a)? Trouxeram alguma transformação depois que se instalaram? Como é pesca com estas empresas aqui?*

**2.2 - Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo.**

*Como era a comunidade quando o senhor(a) começou a pescar e como é hoje? Como está a comunidade/pescadores e familiares hoje?*

**2.3 - Percepção do(a) pescador(a) quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram mais oportunidades de trabalho para os pescadores ou para a comunidade em geral.**

*Existem muitos empregos para os pescadores e familiares na região? Como que está o emprego na região?*

**2.4 - Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas.**

*Quais lugares aqui da região o senhor acha importante para os pescadores? Existe alguma paisagem que é importante para os pescadores? Quais lugares o senhor costuma parar e ficar um tempo?*

**2.5 - Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc.**

*Qual a rota que o senhor costuma fazer durante a semana? Da sua casa até ir para o mar? Poderia me mostrar aqui no mapa?*

**2.6 - Indicação dos principais meios de transporte utilizados para locomoção cotidiana.**

*E o senhor usa que tipo de transporte para se locomover? Ônibus, moto, carro, bicicleta?*

**2.7 - Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho.**

*Quanto tempo o senhor leva da sua casa até o trabalho? O que o senhor pensa sobre a distância entre sua casa e o local de trabalho?*

**2.8 - Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?**

*O que o senhor acha da qualidade dos ônibus, dos pontos de ônibus e das ruas? O que o senhor gostaria que mudasse? Quais os horários dos ônibus que passam aqui? Eles passam no horário?*

**3. EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA**

**3.1 - Identificação, em mapa, dos locais de socialização e/ou atividades sociais da comunidade.**

*O senhor usa (nome do equipamento em questão nas proximidades)? E outras pessoas, o senhor vê por aqui? É um local de movimento? Como é durante a noite?*

**3.2 - Informações sobre horários de uso predominante dos equipamentos.**

*Qual o horário que o senhor percebe em que as pessoas mais utilizam (nome do equipamento em questão nas proximidades)*

**3.3 - Identificação da frequência de utilização dos equipamentos.**

*Qual a frequência de utilização deste equipamento? O senhor vem frequentemente? E quanto a outras pessoas?*

**3.4 - Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.**

*O (Falar o nome do PCAP: exemplo: fábrica de gelo...) atende bem as necessidades da comunidade de pescadores? Como está a qualidade da instalação? E a localização? Poderia nos falar o que o PCAP trouxe de bom para comunidade? O que não trouxe?*

**4. QUALIDADE AMBIENTAL**

**4.1 - Indicação dos pescadores de como eram as áreas ambientais em relação a como estão hoje.**

*Como era a vegetação aqui na comunidade há X anos atrás?*

**4.2 - Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos.**

*Quais foram as mudanças que aconteceram com as áreas ambientais? A restinga e o manguezal iam até onde?*

**4.3 - Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores.**

*Essas mudanças (colocar o que o pescador respondeu na outra pergunta) alteraram a rotina de vocês? Quais foram as consequências (dessas mudanças)?*

**4.4 - Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais.**

*Qual (empresa, instituição, pessoa, grupo) foi responsável por causar esse impacto?*

**APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****“Projeto Redes de Cidadania”****Responsáveis pela pesquisa: Viviane Mozine Rodrigues e Augusto César Salomão Rodrigues.****“Universidade de Vila Velha”**

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Essa pesquisa procura mobilizar, organizar e integrar as comunidades de pescadores e marisqueiras artesanais do centro-norte capixaba dando formação e fortalecendo as ações nos eixos de Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda (GTR), Licenciamento Ambiental e Letramento Digital. Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguintes(s) procedimentos: entrevista com foco em questões sócio antropológicas, socioambientais e urbano territoriais relacionadas as comunidades de pesca artesanal da região e da própria região em si.

Os riscos envolvidos com sua participação são: a divulgação de informações com base nas gravações, entrevistas e fotografias. Tais riscos serão minimizados através das seguintes providências: sigilo da identidade das fontes das quais as informações foram adquiridas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo. Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre as comunidades de pesca artesanal e quais suas necessidades.

Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações (gravações, entrevistas, entre outras) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do projeto Redes de Cidadania com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Se você tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Viviane Mozine Rodrigues, Rua Henrique Moscoso, 368 – Praia da Costa Vila Velha – ES, 29.101-330, telefone (27) 99248-9654, e-mail [vmozine@uvv.br](mailto:vmozine@uvv.br).

Dúvidas sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UVV localizado Prédio da Reitoria no subsolo: na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel.: (27) 3421-2063, E-mail: [CEP@uvv.br](mailto:CEP@uvv.br).

Horário de funcionamento: 2ª a 5ª 07h às 12h e das 13h às 17h e 6ª feira - 07h às 12h e das 13h às 16h. Secretária: Sirlene Gomes Neves. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do paciente na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UVV, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

#### Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa do Projeto Redes de Cidadania, dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

---

Participante (ou Responsável): (assinatura, nome e CPF)

---

Pesquisador responsável: (assinatura, nome e CPF)

---

Pesquisador Participante (assinatura, nome e CPF)

*A assinatura do voluntário não pode ser aposta em papel à parte do corpo do TCLE.  
O TCLE é um documento único e deve ser sempre apresentado integralmente. Nunca o presente inserido como parte de outro texto ou apenas parte do mesmo.  
O TCLE deve estar assinado por todos os pesquisadores.  
Nas pesquisas em que participantes estejam impossibilitados de escreverem assinarem o nome, é necessário ter o espaço para a aposição da digital como assinatura no TCLE.*